



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
RECEBIDO EM:
<u>05 / 05 / 26</u>
ÀS <u>15:31</u> Horas
Ass: <u>[assinatura]</u>

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 59/2026

AUTOR: PREFEITO MUNIICPAL

VOTO DO RELATOR: VEREADOR SIDINEI DA SILVA (PSDB)- FAVORÁVEL

VOTOS DOS INTEGRANTES DA COMISSÃO AO RELATÓRIO, COM EXCEÇÃO DO PRESIDENTE, QUE VOTA APENAS EM CASO DE EMPATE:

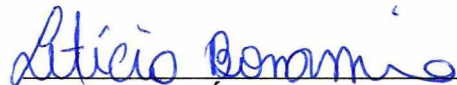
VEREADOR JOSÉ ANTÔNIO GAVA (PSDB): Seguiu o voto do Relator.

VEREADOR ALCINDO GABRIELLI (MDB): Seguiu o voto do Relator.

VEREADOR THIAGO FABRIS (PP): Seguiu o voto do Relator.

Com 4 (quatro) votos favoráveis à tramitação, o Projeto de Lei Ordinária Nº 59/2026 passa a ter Parecer **FAVORÁVEL** na Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas.

Sala das Sessões, aos cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis.


Vereadora **LETÍCIA BONASSINA (PL)**

Vice- Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

À COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

VOTO DO RELATOR

PROCESSO:75/2026

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA: 59/2026

VEREADOR RELATOR: SIDINEI DA SILVA

DATA DO PROTOCOLO DA MATÉRIA: 30/04/2026

AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL – MANDATO 2025/2028 – PREFEITO

EMENTA: AUTORIZA A CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA, TEMPORÁRIA E EMERGENCIAL.

O Vereador Sidinei da Silva (PSDB), relator do Projeto de Lei Ordinária nº 59/2026: AUTORIZA A CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA, TEMPORÁRIA E EMERGENCIAL. O presente Projeto de Lei, visa autorizar a contratação administrativa, temporária e emergencial de 01 (um) cargo de Odontólogo PNE (Pessoas com Necessidades Especiais).

Justifica o Executivo que, desde 2018, o Município de Bento Gonçalves aderiu à Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência (RCPD), serviço que funciona no Centro de Especialidades Odontológicas e que recebe recurso de custeio estadual e federal.

O serviço contempla também o TEAcolhe, que presta assistência a pessoas com transtorno do espectro autista. Além dos atendimentos clínicos que acontecem no CEO, este profissional realizará atendimento odontológico a pessoas acamadas, amplia a Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência (RCPD) frequentando a APAE, trabalhando com os pais /cuidadores/responsáveis na ADEF, na Associação dos Deficientes Visuais, CAPS/AD E COMUDEF.

Tendo em vista a complexidade dos atendimentos a pessoas com deficiência e, sabendo que todo o Odontólogo responde por imperícia, imprudência e negligência eu, como responsável técnico do Setor de Saúde Bucal, encaminha-se o presente projeto de lei a fim de autorizar a contratação

administrativa, temporária e emergencial de cargo de Odontólogo — Pessoas com Necessidades Especiais (PNE).

Esta especialidade não é contemplada no nosso quadro de servidores, ficando assim atrelada a uma contratação via Processo Seletivo Simplificado.

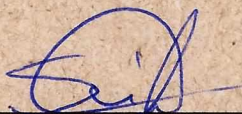
Preliminarmente, o Projeto de Lei tramita pelo Rito de Urgência, nos moldes dos artigos 154 e 155, do Regimento Interno, tendo a autorização do Presidente da Câmara Municipal.

Também, o presente Projeto de Lei, ora em análise, consigna que as despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por recursos do orçamento vigente em dotações orçamentárias próprias, tendo inclusive, o Prefeito Municipal, apresentado a “PLANILHA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO”, firmada pela Secretária Municipal de Finanças, e pelo respectivo Contador, devidamente habilitado, em cumprimento às determinações do inciso I, do art. 16, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como, da “DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS”, firmada pelo Senhor Prefeito Municipal, em cumprimento às determinações do inciso II, do art. 16, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Outrossim, a Proposição ora encaminhada, atende a técnica legislativa e está em conformidade com o art. 108, §1º, inciso III, e art. 109, inciso I, ambos da Resolução nº 225, de 02 de outubro de 2017 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Bento Gonçalves), bem como, atende também, ao disposto no art. 38, inciso III, da Resolução nº 03, de 03 de abril de 1990 (Lei Orgânica Municipal), podendo, portanto, tramitar e ser apreciada pelo Plenário desta Casa Legislativa.

Portanto, sob a ótica desta Comissão, o Voto deste Relator é **FAVORÁVEL** à tramitação da matéria.

Sala das Sessões, Fernando Ferrari, aos cinco de maio de dois mil e vinte e seis.



Vereador **Sidinei da Silva – PSDB**
Relator do Projeto de Lei Ordinária 59/2026